



Inaugurados mais quatro bancos comunitários

Movimentos sociais em parceria com a SENAES inauguram quatro bancos comunitários na cidade de São Paulo.



Secretário Paul Singer participa do ato de lançamento dos Bancos Comunitários de São Paulo.

“O crédito faz a ponte entre o presente e o futuro”. Essa frase de John Maynard Keynes foi utilizada pelo Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, no dia 5 de junho durante ato de lançamento, na Câmara Municipal de São Paulo, de quatro bancos comunitários. A frase reflete a importância dessa iniciativa em comunidades que, em muitos casos, não tem acesso ao crédito, nem tampouco aos serviços bancários. Os bancos comunitários são projetos de apoio à economia popular de municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano e prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária. Além disso, os bancos comunitários atuam para a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária. Os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão.

Nos dias 6 e 7 de junho foram inaugurados quatro bancos comunitários em São Paulo. Esse lançamento faz parte do projeto Moradia Solidária e vem sendo desenvolvido pelos seguintes Movimentos de Moradia: Sem Terra da Zona Norte, Paulo Freire, Vista Linda e União dos Movimentos de Moradia Independentes da Zona Sul (UMMIZS). Tais movimentos contam com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP).

Esse projeto foi realizado com o recurso da emenda parlamentar do ex-Deputado Federal Roberto Gouveia e foi executado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com o Instituto Palmas. Os bancos estão localizados nas quatro extremidades de São Paulo, sendo o Banco Comunitário Apuanã na Zona Norte, Banco Comunitário Autogestão na Zona Sul, Banco Comunitário Vista Linda na Zona Oeste e o Banco Comunitário Paulo Freire na Zona Leste.

De acordo com a Gerente do Banco Apuanã, Hilda Pires, “para muita gente da comunidade esse banco era apenas um sonho e hoje estamos vendo que ele se tornou realidade. Hoje, estamos realizando um projeto que permite que as pessoas trabalhem, consumam e produzam dentro da nossa comunidade”, diz. A realização desse sonho começou a ser concretizada há um ano, quando seis membros da comunidade fizeram curso de formação oferecido pela ITCP/USP juntamente com o Laboratório de Extensão da USP que tinha como objetivo a formação em economia solidária, assim como a formação para os princípios e estratégias dos bancos comunitários.

Os quatro bancos comunitários criados em São Paulo deverão integrar uma Rede que hoje possui 44 bancos em todo país. Esse projeto foi inspirado na experiência do conjunto Palmeiras, Ceará, quando alguns membros da comunidade perceberam que ali não existia uma situação de pobreza, mas sim, uma situação de empobrecimento, já que toda a renda da comunidade era gasta fora dela. A partir de então, surgiu a idéia de um banco para comunidade, para fazer com que os recursos girassem dentro da própria comunidade. Uma particularidade desse banco é a utilização da moeda social, instrumento que incentiva e fortalece o desenvolvimento local. Essa moeda deverá ser utilizada apenas dentro daquela comunidade específica, e para que ela gere resultados é necessário que os empreendimentos locais a aceitem. Para Singer, “moeda social é um instrumento que permite criar um território próprio, além de criar uma proteção aos novos empreendimentos que serão geridos pela comunidade. A partir da utilização das medidas sociais é possível desenvolver economia própria e ter uma área de produção coletiva e autogestionária”, afirma.



Modelos de Cédulas do Banco Apuanã.

Contato

Secretaria Nacional de
Economia Solidária
Esplanada dos Ministérios,
Bloco F, Ed.-Sede, Sala 339
Fone: (61) 3317-6308
Fax: (61) 3317-8221
CEP: 70059-900 – Brasília/DF
www.mte.gov.br





Representante da SENAES participa da Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL

O Secretário Nacional de Economia Solidária Adjunto, Fábio Sanchez, participou da Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL (RECM), que aconteceu nos dias 16, 17 e 18 de maio em Assunção, no Paraguai. A reunião tinha como principais pontos de pauta o Estatuto do MERCOSUL de Cooperativas e as iniciativas em relação a resolução 193 da Organização Internacional de Trabalho (OIT).

Durante o evento, os participantes foram informados que o Parlamento do MERCOSUL aprovou o estatuto do MERCOSUL de Cooperativas. Este estatuto estabelece que não deve haver mais fronteiras para as atividades cooperativas entre os países do MERCOSUL. No entanto, para que tal medida entre em vigor, faz-se necessário que cada país aprove tal estatuto em seu respectivo parlamento.

Entre as deliberações tiradas da reunião está a realização de uma Conferência Intergovernamental, com data prevista para o segundo semestre de 2010, e que terá como objetivo a discussão de formas para implementação da resolução 193 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Outro ponto de deliberação foi à criação de um escritório no Brasil de Fomento a Inovação e Produção das Cooperativas do MERCOSUL que tem como principal objetivo fomentar a relação comercial entre as cooperativas no âmbito do MERCOSUL. Dentro da estrutura desse escritório será criada uma

área para o fomento do Comércio Justo e Solidário no MERCOSUL.

Para o Secretário Adjunto, Fábio Sanchez "A participação da SENAES na RECM é recente, contudo podemos ver que o processo de integração das entidades ligadas a economia solidária brasileira, particularmente a SENAES, no âmbito deste espaço institucional do MERCOSUL vem se fortalecendo e a esta última reunião Plenária foi mais um passo neste sentido. Isto significa também que a incidência da economia solidária nos espaços institucionais do MERCOSUL vem adquirindo força e se ampliando". Fábio diz ainda que a RECM representa um importante espaço para se caminhar na integração econômico solidária sul-americana.



Representantes participam da XX Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL.

Foto: Patrícia Moreira

HISTÓRICO DA RECM:

A Reunião Especializada de Cooperativismo do MERCOSUL RECM é uma das reuniões especializadas integrantes da estrutura institucional do MERCOSUL e que tem por papel subsidiar tecnicamente o Grupo Mercado Comum GMC principal órgão executivo do MERCOSUL. A RECM foi criada no ano de 2001 e é composta por representantes de órgãos governamentais dos países membros do MERCOSUL, assim como de entidades da sociedade civil. Até o ano de 2008, o Brasil estava representado pelo Departamento Nacional do Cooperativismo do Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento e pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

No ano de 2008, o Brasil passou a ter ampliada a sua participação na Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL. Foram incorporadas a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, a UNISOL/Brasil e Unicafe, pela sociedade civil brasileira.

A partir de reuniões da seção nacional e das plenárias da RECM, onde a SENAES participou das três últimas, ampliou-se a participação da economia solidária nas estruturas institucionais do MERCOSUL e construiu-se ações conjuntas entre os países do MERCOSUL no sentido de fortalecer a integração política, cultural, social e econômica entre as cooperativas e empreendimentos econômicos solidários de nossos países, assim como a integração das políticas públicas para este setor no âmbito do MERCOSUL.

A Resolução n.º 193 da OIT assinala a necessidade de medidas "para promover o potencial das cooperativas em todos os países, independente do seu nível de desenvolvimento, com o fim de ajudá-las, assim como, a seus sócios a: (a) criar e desenvolver atividades geradoras de renda, emprego decente e sustentável; (b) desenvolver habilidades no campo dos recursos humanos e fomentar o conhecimento dos valores do movimento cooperativo, assim como das suas vantagens e benefícios, mediante a educação e a formação; (c) desenvolver seu potencial econômico, incluído suas capacidades empresariais e de gestão; (d) fortalecer sua competitividade e acesso aos mercados e ao financiamento institucional; (e) aumentar a poupança e o investimento; (f) melhorar o bem-estar social e econômico, levando em conta a necessidade de eliminar todas as formas de discriminação; (g) contribuir ao desenvolvimento humano permanente, e (h) estabelecer e expandir um setor social distinto da economia, viável e dinâmico que abarque as cooperativas e responda às necessidades sociais e econômicas da comunidade".





Realizado Seminário Nacional da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária

Entre os dias 15 e 16 de junho aconteceu no Rio de Janeiro o Seminário Nacional da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária. Além da Rede de Gestores, o encontro foi promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro e contou com o apoio da Fundação Banco do Brasil.

O Seminário teve o objetivo de contribuir com a qualificação e ampliação da economia solidária nos municípios e estados de todas as regiões do país. O evento contou com vários debates e discussões sobre os avanços das políticas públicas direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários. Participaram do evento representantes das seguintes instituições: Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Petrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e de representantes do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

O evento contou com a palestra do Senador Dirceu Carneiro, ex-prefeito de Lajes Santa Catarina, ex-Deputado Federal e Senador Constituinte, que trouxe aspectos decisivos da sua gestão à frente da prefeitura Lajeana, apontada como precursora de políticas de apoio à economia popular e solidária, registrado em livro por Márcio Moreira Alves (A Força do Povo, a Democracia Participativa em Lajes/SC).

Para o Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação, Roberto Marinho, “o final desse ciclo de formação com os gestores públicos, pela qualidade e amplitude dos debates realizados, só reforça a convicção de prosseguirmos com as ações de apoio à organização em Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”, afirma.

NÚMEROS DO EVENTO:

Participantes: 105

Dias da Oficina: 3 dias

Instituições participantes: mais de 40 prefeituras municipais; mais de 10 governos estaduais; mais de 10 representantes de parlamentares, secretarias do executivo e legislativo federal.

Quantidade total de gestores públicos municipais e estaduais: 120

Conselho Nacional de Economia Solidária debate Lei Geral

Nos dias 3 e 4 de junho aconteceu a VI reunião ordinária do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) no auditório do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa reunião teve como principais pontos de pauta: debate sobre a Lei de Economia Solidária; discussão sobre o Marco Regulatório para parceria entre o Estado e as Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos e debate sobre a II Conferência Nacional de Economia Solidária.

O debate sobre a Lei de Economia Solidária insere-se numa estratégia de institucionalidade da política pública de economia solidária que busca garantir direitos a milhões de homens e mulheres que vivem e fazem a economia solidária no Brasil. Tratou-se de conferir direitos ao trabalho associado, garantindo políticas de apoio e fomento às suas formas de organização. Realizou-se amplo debate sobre a minuta de projeto de lei da economia solidária estruturada a partir de quatro grandes eixos: I) Definições Gerais, II) Política de Economia Solidária, III) Sistema Nacional de Economia Solidária; e IV) Financiamento da Política Pública de Economia Solidária.

CNES: O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária.

O Conselho é composto por 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária.



Foto: Renato Alves





Boletim do IPEA tem seção permanente de economia solidária

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir da última edição do *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, lançou uma seção permanente sobre economia solidária. A intenção do IPEA é de contribuir para ampliar a discussão sobre a realidade, problemas, êxitos e desafios dos empreendimentos econômicos solidários e das políticas públicas de economia solidária.

Nesta edição do boletim, a seção de economia solidária é

composta de três artigos de autoria de pessoas que atuam diretamente com a formulação e execução de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da economia solidária. O primeiro é de autoria de Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, que escreve sobre as Políticas Públicas desenvolvidas pela SENAES.

Helbeth Oliva, Tatiana Araújo Reis e Ludmila Meira contam no segundo artigo, a experiência vivida na construção da política de economia

solidária no Governo do Estado da Bahia. E o terceiro artigo, da gestora pública Sandra Praxedes, é feito um breve balanço acerca do momento atual, das trajetórias e perspectivas das políticas públicas de economia solidária no país.



MDS divulga editais para apoio a projetos do Programa de Aquisição de Alimentos

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, por intermédio da sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), divulgou editais de seleção pública de propostas para apoio a projetos do PAA Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade compra direta local da agricultura familiar), programa de agricultura urbana e de feiras de comercialização direta para o semi-árido brasileiro. Os fóruns municipais de economia solidária terão participação ativa na realização desses editais, uma vez que o proponente selecionado no projeto se comprometerá a realizar suas ações de forma articulada com os fóruns.

Para o Diretor de promoção de Sistemas Descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Marcelo Piccin, "a nossa decisão de pontuarmos as propostas das prefeituras que enviassem documentos do Fóruns/Conselhos de Economia Solidária demonstra nosso compromisso em fortalecermos os projetos que contenham em seus princípios e diretrizes a Economia Solidária. Todas as ações da SESAN, desde sua origem, trazem a Economia Solidária como uma questão central. Nossos projetos devem conter os princípios da Economia Solidária". Marcelo afirma ainda que é um avanço a seleção de proponentes que ao construir suas propostas busquem articulação com os Fóruns de Economia Solidária. "Acreditamos que este estímulo

qualificará ainda mais nossos projetos e fortalecerá a economia solidária nos municípios e regiões brasileiras", finaliza.

Os recursos do edital da Compra Direta Local da Agricultura Familiar são da ordem de R\$ 26.700.000,00 (vinte e seis milhões e setecentos mil reais) e são originários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Já o edital de Agricultura Urbana contará com aporte de recursos de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) e o edital de Feiras de Comercialização Direta terá R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

O edital para Compra Direta local da Agricultura Familiar envolve produtos para restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias ou feiras populares municipais. Os projetos serão executados pelas prefeituras municipais. O momento agora é de elaboração da proposta, o que inclui a apresentação dos nomes dos agricultores e suas organizações ao MDS. Por tanto, os interessados devem procurar as prefeituras para garantirem sua inclusão. O setor contemplado é o da agricultura familiar, incluindo agroextrativistas, quilombolas, assentados, pré-assentados, acampados, comunidades indígenas e ribeirinhos.

Os projetos de agricultura urbana serão apresentados pelos Governos Estaduais. Os proponentes também já foram selecionados e a fase agora é de finalização das propostas. Os interessados deverão procurar os órgãos dos governos estaduais que foram selecionados para participar do projeto.

O edital de Feiras é direcionado para municípios do Semi-árido brasileiro. São elegíveis todos os municípios que executam alguma modalidade do PAA e que ainda não tenham acessado este projeto. O prazo para que as prefeituras incluam as propostas no SICONV é até 17 de julho/2009. Os interessados devem procurar as prefeituras para construir as propostas conjuntamente.

AGENDA SENAES
Julho de 2009

DATA	EVENTO	LOCAL
2 e 3 de julho	Reunião do Conselho Gestor do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária	Brasília
5 a 9 de julho	I Módulo da 2ª Turma do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária	Brasília
6 de julho	Congresso da UNISOL Brasil	São Bernardo do Campo - SP
8 de julho	Lançamento da Caravana Nacional de Cooperativismo Solidário	Brasília
10, 11 e 12 de julho	Feira de Santa Maria	Santa Maria - RS
27 a 30 de julho	Curso de Formação com Agentes da SRTE	Brasília
28, 29 e 30 de julho	Curso de Formação de Saúde Mental	Rio Branco - AC

